

HISTÓRIA LITERÁRIA ROMÂNTICA E O NACIONALISMO ENQUANTO CÂNONE

*Regina Zilberman**

RESUMO

O *Parnaso Lusitano* (1826), de Almeida Garrett, abre com “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa”, essa provavelmente a primeira interpretação histórica da literatura escrita em Portugal. A obra refere-se a poetas brasileiros do século XVIII, indicando o caminho que deveriam ter adotado para se mostrarem nacionais. Devido a isso, conquistou seguidores entre os adeptos da estética romântica no Brasil e apontou as idéias principais para a constituição da historiografia da literatura brasileira. Almeida Garrett exerceu assim papel fundamental na formulação do cânone romântico no Brasil, estabelecendo os valores que deviam presidir a criação e avaliação de obras poéticas entre os escritores brasileiros de seu tempo.

Não é com o Romantismo que a natureza começa a ser valorizada enquanto espaço ideal de expressão literária. Os árcades, no século XVIII, se notabilizaram por escolher uma região montanhosa, povoada de pastores e seus rebanhos, para cenário de seus poemas. Antes deles, o romance pastoril do século XVII fertilizou a imaginação das mocinhas casadouras, a um ponto de poderem ser objeto do riso de Molière, em *As preciosas ridículas*. Mesmo tardias epopéias em língua portuguesa, como *O Uruguai*, de Basílio da Gama, e *Caramuru*, de Santa Rita Durão, privilegiaram o espaço natural americano e conferiram estatuto poético ao indivíduo mais ajustado a ele, o selvagem.

Peculiar no Romantismo é a escolha da natureza como elemento diferenciador das literaturas nacionais.

A proposição aparece em *Da literatura*, de Madame de Staël, que distingue as poesias do norte e do sul baseada em dois fatores naturais: o clima e o espaço. Conforme essa escritora, “o clima é, certamente, uma das razões principais das diferenças que

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

existem entre as imagens do norte que mais nos agradam e as do sul que tanto gostamos de recordar”. A natureza é igualmente responsável por comportamentos diversos:

os poetas do sul mesclam constantemente a imagem da frescura dos bosques frondosos e dos límpidos regatos com todos os sentimentos da vida. Nem sequer os prazeres do coração eles descrevem sem deixar de lhes acrescentar a idéia da sombra benfazeja que os protegerá do calor ardente do sol. A natureza tão exuberante que os rodeia desperta-os mais para a ação que para o pensamento. Por sua vez, “os povos do norte são menos absorvidos pelos prazeres do que pela dor, e a sua imaginação é mais fecunda por essa razão. O espetáculo da Natureza age intensamente sobre eles; a Natureza age tal qual se mostra naqueles climas, sempre sombria e nebulosa. (Staël, 1992, p. 58)

Por essa razão, verificam-se “duas literaturas completamente distintas, a que vem do sul e a que vem do norte; a que tem em Homero a sua origem e a que se inicia com Ossian” (Staël, 1992, p. 57). Esse pressuposto facultou a seu seguidor, Simonde de Sismondi, construir uma história da literatura integralmente devotada às literaturas meridionais, o livro **De la Littérature du Midi de l’Europe**, de 1813. Conceito chave nessa obra é o de “cor local”, elemento sugerido pela natureza e usado para qualificar os autores e diferenciar sua produção poética, como ocorre quando Sismondi se refere ao poeta nascido no Brasil, Manuel Inácio de Silva Alvarenga:

Ao cabo de tudo, o principal atrativo desses poemas é ainda a sua cor local, as imagens sugeridas pelas árvores, pelas borboletas, pelas serpentes da América; ou o convite para mitigar os calores de dezembro nas frescas ondas de um regato. (César, 1968, p. 41)

A conceituação de Staël constitui, pois, um dos fundamentos para a construção da história da literatura de feição romântica. Mostrou-se igualmente prática, quando transferida para a na época recém-nascida literatura brasileira, porque enfatizava um dos poucos elementos sempre presentes nos textos elaborados na colônia americana desde o começo de sua ocupação – a natureza. Indicava ser possível recuperar um passado para a literatura, porque se tratava de enumerar os autores que por primeiro enfatizaram a exuberância do cenário americano; e dispunha-se de um juízo de valor que conferiria a *pole position* às obras contemporâneas, as únicas que voluntariamente explorariam as imagens do espaço natural, por estarem seguindo a norma do período.

A história da literatura, no começo do século XIX, era, ele mesmo, um gênero de formação recente, praticamente sem passado. Apropriara-se de conquistas do pensamento do século XVIII: a Ciência Nova, de G. Vico, que prestigiava em especial a história; e a estética, que conferia às manifestações artísticas um lugar especial no sistema filosófico, aquele que julgava o belo e o valor. Pôde crescer, contudo, porque se afinou às concepções emanadas do Romantismo, apresentando-se como pesquisa das origens e verificação da progressão das manifestações literárias no tempo. Conforme a visão romântica, trata-se de um processo que nasce de modo primitivo e

avança aos poucos, até chegar à sua culminância, ápice que, muito a propósito, coincide com o presente de quem escreve a história e examina os criadores de sua época.

Graças às idéias de Staël, os historiadores da literatura em língua portuguesa puderam dispor de um princípio para qualificação das obras: o que valoriza a introdução e presença de elementos locais, naturais e espontâneos, sintetizados na expressão “cor local”, convertida em norma e passaporte para a análise dos textos escritos. Sem esse fator de diferenciação, a história da literatura não se distinguiria da história; a “cor local” representava o critério da época presente com que se podia examinar o passado e apontar os rumos do futuro.

Os primeiros ensaios de história da literatura em língua portuguesa foram publicados em Paris e datam de 1826; são desse ano o “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa”, com que Almeida Garrett abre o primeiro volume do **Parnaso Lusitano**, e o **Résumé de l’Histoire Littéraire du Brésil**, que Ferdinand Denis anexa a seu **Résumé de l’Histoire Littéraire du Portugal**. Entre 1826 e 1863, ano em que Ferdinand Wolf publica, igualmente na Europa, **Le Brésil Littéraire**, fechando o ciclo romântico e consolidando a primeira armadura cronológica e periodológica da literatura produzida no Brasil, vários ensaios de historiografia da literatura nacional apareceram, conferindo unidade e consistência ao gênero.

Vieram as coletâneas, na esteira do **Parnaso Lusitano**, de Almeida Garrett, como, do Cônego Januário da Cunha Barbosa, o **Parnaso brasileiro**, ou Coleção das Melhores Poesias dos Poetas do Brasil, tanto inéditas quanto já impressas, publicado em 1829 pela Tipografia Nacional e Imperial, órgão oficial dirigido pelo próprio autor da seleta. E os estudos isolados, que esboçaram o mapa da trajetória histórica da literatura nacional, rastreando as origens e indicando tendências, como o “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”,¹ que Domingos José Gonçalves de Magalhães colocou no primeiro número da revista **Niterói**, de 1836, outra obra sobre o Brasil lançada em território francês.

Novos ensaios isolados ou acompanhando coletâneas aparecem entre os anos 40 e 50 do século XIX, desenhando o quadro cronológico da literatura brasileira. Joaquim Norberto de Sousa Silva assina o “Bosquejo da História da Poesia Brasileira”, que precede os poemas de **Modulações poéticas**, de 1841 (o estudo havia sido publicado, no mesmo ano, no jornal **O Despertador**, do Rio de Janeiro); João Manuel Pereira da Silva, co-editor de **Niterói**, em 1836, escreve “Uma Introdução Histórica e Biográfica sobre a Literatura Brasileira”, antecedendo o **Parnaso brasileiro** que organizou e a Editora Laemmert lançou em 1843. Joaquim Norberto de Sousa Silva, agora em parceria com Carlos Emílio Adet, compila o **Mosaico poético**, em 1844, precedendo-o de uma “Introdução sobre a Literatura Nacional”. É de 1850 o **Florilégio da poesia brasileira**, coligido por Francisco Adolfo de Varnhagen, autor do “Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil” que abre o primeiro dos três volumes da seleção.

¹ Em 1865, Gonçalves de Magalhães alterou o título desse ensaio para “Discurso sobre a História da Literatura do Brasil” e incluiu pequenas mudanças formais.

Quando Ferdinand Wolf redige seu livro, igualmente soma de ensaio histórico e coletânea de textos, ele já pode citar seus precursores, os ensaístas mencionados acima, e escolher a linha de tempo que melhor se ajusta às suas pretensões:

*Em 1841 Joaquim Norberto de Sousa Silva fez preceder suas **Modulações Poéticas** de um “Bosquejo da História da Poesia Brasileira”, que nos dá em grandes traços um quadro fiel da literatura brasileira. É a esta obra que devemos nossa divisão em períodos. (Wolf, 1863, p. 3)*

Em 1863, a história da literatura brasileira já dispunha de uma história e, metalingüísticamente, podia citar-se a si mesma. Uma geração, a de Domingos José Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto de Sousa Silva, João Manuel Pereira da Silva, Francisco Adolfo de Varnhagen, foi responsável pelo feito, quando nosso Romantismo ainda engatinhava. Até 1850, apenas Gonçalves Dias, dentre os vultos que hoje representam o período, tinha aparecido, lançando em 1846 os **Primeiros Cantos**; os demais, marcos reconhecidos do Romantismo nacional, como os poetas Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo, ou romancistas como Alencar, ainda não tinha escrito as obras que os distinguiriam mais tarde.

Cabe perguntar como pôde uma literatura já contar com uma história, sem ter sido ainda “literatura”, vale dizer, sem terem ainda se destacado os vultos que hoje figuram nos manuais brasileiros. Uma hipótese é a de nossos historiadores da literatura miravam-se no exemplo de histórias literárias estrangeiras e construam a sua. No entanto, igualmente na Europa o gênero era ainda incipiente; o quadro abaixo indica como as primeiras histórias da literatura nacionais, como a alemã e a francesa, ou comparadas, como as de Bouterwek e Sismondi, estavam sendo elaboradas entre 1800 e 1840, quando nossos intelectuais já se colocavam perante o problema (Quadro 1).

Alinhados a um gênero em fase de constituição, nossos intelectuais deparavam-se igualmente com uma literatura carente de documentação. Januário da Cunha Barbosa, na apresentação do **Parnaso brasileiro**, refere-se à dificuldade que teve para organizar a coletânea: lembra que outros “se deram a uma semelhante tarefa na Inglaterra, França, Portugal e Espanha”, mas não passaram pelos mesmos percalços. Como a imprensa apareceu no Brasil apenas em 1808, a maior parte das poesias circulou no estado de cópias manuscritas, de pouca confiabilidade; por causa disso, “os escritos, por mais de uma vez copiados, podem ser, em muitas partes, diferentes dos que saíram das penas de seus autores.” Mais adiante, lamenta não poder acrescentar à antologia “uma notícia bibliográfica”, mas espera poder fazê-lo, graças à cooperação de parentes e amigos, “que decerto se prestarão a comunicar-me as matérias necessárias à biografia dos poetas brasileiros, que intento escrever, para ser publicada em alguns dos seguintes tomos desta coleção.” Pedindo auxílio às “pessoas, que possuem poesias e notícias dos nossos bons poetas, até hoje sepultados em arquivos particulares”, conclui a apresentação dando seu endereço para a entrega dos poemas

Quadro 1

1801-1819	Friedrich Bouterwek	História da Poesia e da Eloquência
1805-1812	Joseph Eichhorn	História da Literatura, desde a origem até os tempos modernos
1808	Wilhem Grimm	A Origem da Poesia Alemã Antiga
1809	A. G. Schlegel	Curso de Literatura Dramática
1812	Friedrich Schlegel	Conferências sobre História da Literatura
1813	Simonde de Sismondi	A Literatura Meridional Européia
1815	Friedrich Schlegel	História da Literatura Antiga e Moderna
1828	Sainte-Beuve	Quadro Histórico e Crítico da Poesia Francesa e do Teatro Francês
1829	Abel-François Villemain	Curso de Literatura Francesa
1832	Karl Rosenkrantz	Manual de História Universal da Poesia
1835-1842	Gottfried Gervinus	História da Literatura Nacional Poética dos Alemães
1844-1861	Désiré Nisard	História da Literatura Francesa

e informações necessárias à confecção do segundo volume. (Barbosa, 1829)

Gonçalves de Magalhães igualmente lamenta não dispor de documentação confiável para redigir sua história da literatura nacional, como confessa em carta a Monte Alverne, de 22 de julho de 1834: “Eu estou concluindo uma história da literatura no Brasil desde a sua origem até os nossos dias, para isto foi-me preciso entregar-me a sério estudo de algumas obras antigas que encontrei na biblioteca real (que quanto a livros portugueses é bem pobre)” (Magalhães, 1964, p. 31). Em 29 de janeiro de 1836, a situação se agrava: “A História da Literatura no Brasil seriamente me ocupa, desespero com a falta de documentos” (Magalhães, 1964, p. 62). Ao final, Magalhães restringiu-se a um ensaio, onde repete as queixas anunciadas na correspondência para Monte Alverne:

Lugar é este de expormos as dificuldades, que na execução desta obra encontramos. Aqueles, que alguns lumes de conhecimentos possuem sobre Literatura Brasileira sabem, que mesquinhos e esparsos são os documentos, que sobre ela consultar-se podem. (Magalhães, 1836, p. 137)

Carentes de modelos em termos de elaboração de uma história da literatura, bem como de material, nossos historiadores encaram uma atividade dupla: recuperar os textos e ordená-los conforme um padrão historiográfico. O primeiro resulta de pesquisas diretas e indiretas (apenas Januário da Cunha Barbosa refere-se ao modo como reuniu os poemas); o segundo, da escolha de uma linha de tempo, a melhor

sendo a de Joaquim Norberto, que inspirou Ferdinand Wolf, mas que provavelmente proveio de Almeida Garrett, como se pode verificar, pela comparação entre as grades cronológicas propostas nos bosquejos do português e do brasileiro (Quadro 2):

Quadro 2

Almeida Garrett				Joaquim Norberto
Primeira época literária		fins do séc. XIII até os princípios do XVI		
Segunda época literária	idade de ouro da poesia e da língua	desde os princípios do séc. XVI até os do XVII	Desde o descobrimento do Brasil até fins do século XVII	Primeira época
Terceira época literária	principia a corromper-se o gosto e a declinar a língua	começo até o fim do séc. XVII		
Quarta época	idade de ferro; aniquila-se a literatura, corrompe-se inteiramente a língua	Fins do séc. XVII, até meados do séc. XVIII	Do começo até meado do século XVIII	Segunda época
Quinta época	restauração das letras em Portugal	Meio do século XVIII, até o fim	Do meado até fins do século XVIII	Terceira época
Época (<i>sic</i>)	segunda decadência da língua e literatura; galicismo e traduções		Do começo do século XIX até a proclamação da independência nacional	Quarta época
			Desde a proclamação da independência nacional até a reforma da poesia	Quinta época
			Da reforma da poesia	Sexta época

Mas a tarefa só pode ser efetivamente realizada porque esses historiadores da literatura dispunham do critério – a valorização da natureza, cuja representação conferia nacionalidade à literatura em que aparecesse. Esse critério, efeito do cânone romântico, foi a baliza que facultou a execução do trabalho principal, sobreposto às outras duas atividades: permitir que a literatura brasileira se reconhecesse como tal, afirmando sua identidade e apresentando-se como fiador da nacionalidade, não apenas dela mesma, mas do povo e do país. Natureza e nacionalidade passaram a se confundir na obra e nas idéias românticas, e a verificação da representação de uma assegurava a existência da outra, de que resultava a possibilidade de narrar sua história.

Esse caminho pode ser rastreado nas declarações dos intelectuais românticos.

Almeida Garrett é um dos cobram, mesmo dos autores do passado, como os quinzentistas, a falta de representação da natureza local e imediata, processo que teria conferido outra qualidade a seus escritos:

O Tejo, o Mondego, os montes, os sítios conhecidos de nosso país e dos que nos deu a conquista, figuram em seus poemas; porém raro se vê descrição que recorde algum desses sítios que já vimos, que nos lembre os costumes, as usanças, os preconceitos mesmos populares; que daí vem à poesia o aspecto e feições nacionais, que são sua maior beleza.²

Quando se refere à poesia dos autores nascidos no Brasil, sua crítica é mais severa, porque, para Garrett, a natureza americana poderia ter-lhes inspirado uma literatura original que, na mesma proporção, seria autenticamente nacional:

E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece: a educação européia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades.

O árcade Tomás Antônio Gonzaga é a maior vítima dessa cegueira diante da natureza tropical, que, se explorada imageticamente, teria contribuído ao enriquecimento de sua arte:

Gonzaga, mais conhecido pelo nome pastoril de Dirceu, e pela sua Marília, cuja beleza e amores tão célebres fez naquelas nomeadas liras. (...) Se houvesse por minha parte de lhe fazer alguma censura, só me queixaria, não do que fez, mas do que deixou de fazer. Expli-co-me: quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! e quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, – que saltasse pelos montes espessos a cotia fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu escamoso, – ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém dos roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga!

Basílio da Gama, pelo contrário, bom uso fez dos elementos naturais, o que lhe garante a atribuição de um título fundamental no sistema da crítica literária romântica, de que Almeida Garrett era partidário: considera sua obra “verdadeiramente nacional, e legítima americana”:

² Almeida Garrett. “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa”. In: *Parnaso Lusitano*. Paris: J. P. Aillaud, 1826. As demais citações provêm dessa mesma edição.

*Justo elogio merece o sensível cantor da infeliz Lindóia que mais nacional foi que nenhum de seus compatriotas brasileiros. O **Uruguai** de José Basílio da Gama é o moderno poema que mais mérito tem na minha opinião. (...) Os brasileiros principalmente lhes devem a melhor coroa de sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional, e legítima americana.*

Ferdinand Denis, cujo **Resumo da história literária do Brasil** é contemporâneo do “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, de Almeida Garrett, avalia a produção brasileira conforme critério similar. Porém, menos fiel à fórmula da história da literatura, apresenta suas idéias em forma de proposta de constituição de uma literatura nacional, apontando a natureza como fonte de inspiração a ser levada em conta:

Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres. Essa natureza, muito favorável aos desenvolvimentos do gênio, espazze por toda parte seus encantos, circunda os centros urbanos com os mais belos dons; (...) (Denis, 1968, p. 32-33).

Quando avalia o passado, Ferdinand Denis recomenda aos brasileiros voltarem-se à natureza e, dali, retirarem o alimento poético, necessário para toda a literatura do país receber a qualificação atribuída apenas ao **Caramuru**, de Santa Rita Durão, a de revestir “caráter nacional”. (Denis, 1968, p. 62)

Os americanos não têm feito sempre sentir em suas produções o influxo da natureza que os inspirou; antes da Independência, parecia até pretenderem olvidar a própria pátria para pedir à Europa um quinhão de sua glória. Agora, que têm necessidade de fundar sua literatura, repito: ela deve ter caráter original. (Denis, 1968, p. 50)

Domingos José Gonçalves de Magalhães nunca chegou a escrever a história da literatura brasileira, planejada em Paris e esboçada no “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”. Esse estudo, todavia, contém os princípios básicos que certamente norteariam a pesquisa toda, pois nele se encontram:

- a crítica ao pendor imitativo das produções poéticas elaboradas na América, servis aos modelos europeus e dominada pela mitologia antiga; por isso, Magalhães considera que:

a poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma grega, vestida à francesa, e à portuguesa, e climatizada no Brasil; é uma virgem do Helicon, que, peregrinando pelo mundo, estragara seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castália, e o trépido sussurro do Lodon, e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá, que gorjeia entre os galhos da laranjeira. Encantados por este nume sedutor, por esta bela estrangeira, os poetas brasileiros se deixaram levar pelos seus cânticos, e olvidaram as simples imagens, que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia; (...). (Magalhães, 1836, p. 146)

- a ressalva de que só quando se deixam levar pelas sugestões da natureza conseguem os poetas realizar textos de valor:

O que dá realce, e nomeada a alguns dos nossos poetas não é certamente o uso dessas ficções; mas sim outro gênero de belezas naturais, não colhidas nos livros, mas que só a Pátria lhes inspirara. (Magalhães, 1836, p. 147)

- a proposta de que a pujança do cenário local é mais que suficiente para afiançar qualidade à poesia que inspirar:

Este imenso e rico país da América, debaixo do mais belo céu situado, cortado de tão pujantes rios, que sobre leitos de ouro, e pedras preciosas rolam suas águas caudalosas; este vasto terreno revestido de eternas matas, onde o ar está sempre embalsamado com o perfume de tão peregrinas flores, que em chuveiros se despençam dos verdes dosséis pelo entrelaçamento formados dos ramos de mil espécies; estes desertos, remansos, onde se anuncia a vida por esta voz solitária da cascata, que se despenha, por este doce murmúrio das auras, que se embalam nas folhas das palmeiras, por esta harmonia grave e melancólica das aves, e dos quadrúpedes; este vasto Éden separado por enormíssimas montanhas sempre esmaltadas de verdura, em cujo tope, colocado se crê o homem no espaço, mais chegado ao céu, que à terra, e debaixo de seus pés vendo desnover-se as nuvens, roncar as tormentas, e disparar o raio; com tão felizes disposições da natureza o Brasil necessariamente inspirar devera seus primitivos habitantes; os brasileiros músicos, e poetas nascer deviam. (Magalhães, 1836, p. 154-155)

João Manuel Pereira da Silva, na introdução histórica sobre a literatura brasileira redigida em 1843, compartilha a convicção de Gonçalves de Magalhães: o brasileiro, movido pela natureza tropical, é necessariamente um poeta, e essa poesia só pode ser superior diante de um cenário tão exuberante:

A poesia então, esse foi o ramo em que primaram, e primarão sempre os povos dos países aquecidos pelo sol dos trópicos, por sua atmosfera de inspirações e de fogo. A poesia é uma fonte perene de delícias que brota no Brasil. A natureza faz poetas aos brasileiros, inspira-os no berço; as árvores, os pássaros, as cascatas, os rios, as montanhas; esse límpido céu, que, como manto azul claro, os acoberta, essa atmosfera pura e doce, que lhes sorri desde a infância; esse oceano majestoso, que chora e brinca, geme e folgueia sobre suas arenosas praias, tudo lhes aquece a imaginação, lhes eleva o pensamento, lhes aviva o entusiasmo, e lhes abre as asas à inteligência, essa soberba filha do céu, que purifica e diviniza o homem. (Silva, 1843, v. 1, p. 25-26).

Pela mesma razão, pode empregar o critério da representação da natureza para avaliar os escritores dos séculos da colonização, procurando evidenciar a contradição em que viviam, divididos entre copiar os padrões europeus e dar vazão ao sentimento da nacionalidade, motivado pelo espaço circundante. Eis, nesse sentido, o modo como entende os autores do século XVIII:

E como olvidavam nossos poetas e escritores do século XVIII as cores e belezas de sua pátria, para decantarem cores e belezas alheias? Como não exprimiam eles essa idéia então ainda em embrião, e que começava a compreender o povo do Brasil, como a de sua regeneração política, de sua futura nacionalidade?

Se por um lado porém temos queixas amargas contra Cláudio, Gonzaga, Antônio José, e a maioria dos escritores brasileiros, que só conheciam as águas do Tejo, do Minho e do Mondego, e as pastoras da Beira, mesclando tudo com imagens da mitologia grega, e vestimentas da Arcádia, sem que reconhecessem esse mundo novo onde abriram os olhos à luz, onde respiraram aura de liberdade, onde beberam águas dos maiores e mais ricos rios do mundo, por outro lado também cumpre advertir que lá lhes escapam às vezes dos lábios cânticos nacionais, como remorsos do criminoso, e são esses seus mais belos, seus mais sublimes cânticos: é a reminiscência do solo natal, que os persegue, e angustia, e no meio de suas ficções aéreas se lhes apresenta, como fantasma, e lhes inspira um momento de desespero, mas momento belo e poderoso. (Silva, 1843, v. 1, p. 33-34)

Também de 1843 é o ensaio de Santiago Nunes Ribeiro, “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira”, publicado no número inaugural da **Minerva Brasiliense**, revista que abrigou os intelectuais da geração fundadora do Romantismo brasileiro. Santiago Nunes Ribeiro não é um historiador, mas seu estudo procura responder a pergunta de que resulta a produção de uma história da literatura: “o Brasil tem uma literatura própria e nacional”? (Ribeiro, 1843, p. 8). Dá à questão resposta positiva, apoiado no critério oriundo das idéias de Staël: graças ao clima e à natureza, as regiões se diferenciam culturalmente, de modo que a poesia brasileira não é um apêndice ou continuação da poesia portuguesa:

Agora perguntaremos se um país, cuja posição geográfica e constituição geognóstica, cujas instituições, costumes e hábitos tanto diferem dos da sua metrópole de outrora, não deve ter sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber, diante destas diversas causas, modificadas umas pelas outras; se, numa palavra, não deve ter caráter nacional. Sim, nos dirá todo aquele que estiver desprevenido. A literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época. (Ribeiro, 1843, p. 10)

Eis por que advoga a nacionalidade da literatura brasileira, concluindo que “a poesia do Brasil é filha da inspiração americana.” No mesmo sentido, contesta a condenação de Gonçalves de Magalhães, propondo que, “em vez de considerar a poesia do Brasil como uma bela estrangeira, uma virgem da terra helênica transportada às regiões do Novo Mundo”, ela seja julgada “filha das florestas” (Ribeiro, 1843, p. 16), numa associação direta entre a representação da natureza e a adoção de uma nacionalidade, a daquela onde a natureza representada se situa.

A literatura brasileira tinha afeiçoada sua nacionalidade, logo, assegurada a possibilidade de narração de sua história. Transplantava-se o cânone, mas com sabor bem brasileiro. Quando, em 1846, Gonçalves Dias publica os **Primeiros Cantos**, a literatura brasileira estava pronta a recebê-lo, pois mesmo Joaquim Norberto, no prólogo das **Modulações poéticas**, de 1841, e antecedendo o citado “Bosquejo da História da Poesia Brasileira”, já prestara homenagem à natureza:

No berço da infância, (...) nos extasiando ante o espetáculo maravilhoso da natureza, ante essa abóbada de safira, esmaltada de estrelas de ouro; com o coração palpitando por tudo quanto é grande, sublime, útil e belo; sentindo rolar em nossa fantasia turbilhões de imagens poéticas e cadências, conhecemos que éramos poeta, que havíamos nascido para cantar a pátria, a religião e a natureza, para viver submerso em ondas de poesia, exalando poesia, como o sol nadando em oceanos de luz e vertendo oceanos de luz: (...)

(...) ora procurávamos a solidão dos bosques, para gozarmos dos cânticos das aves, ou assentados sob um salgueiro chorão, com a cabeça curvada e os olhos fitos na água, fruindo o prazer da dor da tristeza, deixávamos nos repassar de melancolia; (...). (Silva, 1841)

Eis porque o lírico romântico por excelência, exemplo acabado da confluência entre nacionalismo e aproveitamento das sugestões naturais, autor das “Poesias Americanas” que viabilizam o Indianismo na poesia, não perde a oportunidade de confessar sua dívida para com a fonte de inspiração de seus versos, no prefácio de seu primeiro livro:

Com a vida isolada de vivo, gosto de afastar os olhos de sobre a nossa arena política para ler em minha alma, reduzindo à linguagem harmoniosa e cadente o pensamento que me vem de improviso, e as idéias que em mim desperta a vista de uma paisagem ou do oceano – o aspecto enfim da natureza. Casar assim o pensamento com o sentimento – o coração com o entendimento – a idéia com a paixão – colorir tudo isto com a imaginação, fundir tudo isto com a vida e com a natureza, purificar tudo com o sentimento da religião e da divindade, eis a Poesia – a Poesia grande e santa – a Poesia como eu a compreendo sem a poder definir, como eu a sinto sem a poder traduzir. (Dias, 1968, p. 313-314)

Reconhecer que os versos decorriam naturalmente da sedução provocada pelo espaço circundante era alinhar-se ao cânone romântico mais conhecido; era igualmente esperar que a poesia decorrente fosse considerada “verdadeiramente nacional”. Por último, era pedir entrada na história da literatura, que, desde o começo, dispunha dos profetas que vaticinavam a chegada do Messias. A história da literatura, retrospectiva no modo de narrar, prescreveu o modo de ser, e desde então não abandonou o percurso prefigurado nessas primeiras décadas do Brasil como nação.

ABSTRACT

Almeida Garrett's **Parnaso Lusitano** (1826), probably the first historical interpretation of Portugal literature, opens with "Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa". This essay deals with XVIIIth century Brazilian poets and shows the way to be followed for being recognized as national. For this reason, it conquered followers among the sympathisers of the romantic esthetic in Brazil and pointed out the main ideas to build a Brazilian literature historiography. Therefore Almeida Garrett performed a major role in the formulation of the romantic canon in Brazil, establishing the values that would lead to the criation and avaliation of poetic texts among the Brazilian writers of his time.

Referências bibliográficas

01. BARBOSA, Januário. **Parnaso brasileiro**, ou Coleção das Melhores Poesias dos Poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829.
02. CÉSAR, Guilhermino. **Simonde de Sismondi e a literatura brasileira**. Porto Alegre: Lima, 1968.
03. DENIS, Ferdinand. **Resumo da história literária do Brasil**. Trad., pref. e notas de Guilhermino Cesar. Porto Alegre: Lima, 1968.
04. DIAS, Antônio Gonçalves. Prólogo aos **Primeiros Cantos**. In: CANDIDO, Antônio, CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira**; das origens ao romantismo. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
05. GARRETT, Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa. In: GARRETT, Almeida. **Parnaso Lusitano**. Paris: J. P. Aillaud, 1826.
06. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Opúsculos históricos e literários**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.
07. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978.
08. PORTO ALEGRE, Manuel de Araujo e GONÇALVES DE MAGALHÃES. **Cartas a Monte Alverne**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964.
09. RIBEIRO, Santiago Nunes. Da Nacionalidade da Literatura Brasileira. **Minerva Brasiliense**, v. 1, nov. 1843.
10. SILVA, J. M. Pereira da. Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira. In: SILVA, J. M. Pereira da. **Parnaso brasileiro**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843. v. 1.
11. SILVA, Joaquim Norberto Sousa. Algumas Palavras sobre este Livro. In: SILVA, Joaquim Norberto Sousa. **Modulações poéticas**. Rio de Janeiro: Tipografia Francesa, 1841.
12. STAËL, Mme. de. A poesia do norte e a poesia do sul. In: GOMES, Álvaro Cardoso, VECHI, Carlos Alberto. **A estética romântica**. São Paulo: Atlas, 1992.
13. WOLF, Ferdinand. **Le Brésil littéraire**. Berlin: Ascher. 1863.